



Boletim Oficial do Município



BOLETIM EXTRAORDINÁRIO 08 • Duque de Caxias • Estado do Rio de Janeiro • 30 de Abril de 2020

PODER EXECUTIVO

Prefeito Municipal

Washington Reis de Oliveira

Vice-Prefeito Municipal

Marcos Elias Freitas Pessanha Moreira

Secretaria Municipal de Governo

João Carlos de Sousa Brecha

Procurador Geral do Município

Fabricio Gaspar Rodrigues

Secretaria Municipal de Comunicação Social

Aroldo Candido de Brito

Secretaria Municipal de Urbanismo e Habitação

Leandro Teixeira Guimarães

Secretaria Municipal de Controle Interno

Luciana Ribeiro Gomes

Secretaria Municipal de Administração

Francisco Costa Klayn

Secretaria Municipal de Fazenda e Planejamento

Carlos Soutinho de Mello

Secretaria Municipal de Transportes e Serviços Públicos

Maurício Eugênio Figueiredo

Secretaria Municipal de Obras

João Carlos Grilo Carletti

Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Agricultura, Abastecimento e Pesca

Andre Leonardo Muri do Santos

Secretaria Municipal de Educação

Claudia de Araujo Viana

Secretaria Municipal de Saúde e Defesa Civil

José Carlos de Oliveira

Secretaria Municipal de Cultura e Turismo

Vagner Rodrigues Dutra

Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos

Janyr Fernandes de Menezes

Secretaria Municipal de Políticas de Segurança, Infraestrutura Urbana e Gestões Tecnológicas

Robson Paschoal Alves André

Secretaria Municipal de Esportes e Lazer

Jorge Luís Silva de Oliveira

Secretaria Municipal de Meio Ambiente

Julia Graziela Uchoa dos Santos

Secretaria Municipal de Trabalho, Emprego e Renda

Mario Celio de Freitas

AUTARQUIAS

IPMDC – Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Duque de Caxias

Presidente: Marcelle de Castro Fabiano

FUNDEC – Fundação de Apoio à Escola Técnica, Ciência Tecnologia, Esporte, Lazer, Cultura e Políticas Sociais de Duque de Caxias

Presidente: Joilson Antonio Cardoso do Nascimento

PODER LEGISLATIVO

Presidente

Sandro Ribeiro Pedrosa

1º Vice-Presidente

Carlos Alberto Oliveira do Nascimento

2º Vice-Presidente

Ailton Abreu Nascimento

1º Secretário

Marcos Paulo Barbosa Tavares

2º Secretária

Delza Oliveira Sant'anna de Almeida

Diretor Geral

Roberto Ferreira de Carvalho

PODER JUDICIÁRIO

Diretora do Fórum

Dra. Mafalda Lucchese

Varas Criminais

1ª Vara: Dra. Alessandra da Rocha Lima Roidis

2ª Vara: Dr. Alexandre Guimaraes Gavião Pinto

3ª Vara: Rafael Estrela Nobrega

4ª Vara: Dr. Carlos Eduardo Carvalho de Figueiredo

Varas Cíveis

1ª Vara: Dr. Belmiro Fontoura Ferreira Goncalves

2ª Vara: Dr. Paulo Jose Cabana de Queiroz Andrade

3ª Vara: Dra. Renata de Lima Machado Rocha

4ª Vara: Dr. Claudio Augusto Annuza Ferreira

5ª Vara: Vago

6ª Vara: Vago

7ª Vara: Dra. Amalia Regina Pinto

Varas de Família

1ª Vara: Dra. Mafalda Lucchese

2ª Vara: Dra. Andrea Barroso Silva de Fragoso Vidal

3ª Vara: Dr. Fernando Antonio de Souza e Silva

4ª Vara: Dr. Maxwell Rodrigues da Silva

5ª Vara: Dra. Vera Maria Andrade Lage

Vara da Infância, da Juventude e do Idoso

Dra. Juliana Kalichsztein

Juizado da Violência, Doméstica e Familiar Contra a Mulher

Dr. Antonio Alves Cardoso Junior

Primeiro Juizado Especial Cível:

Dr. Valmar Gama de Amorim

Segundo Juizado Especial Cível:

Dra. Simone de Freitas Marreiros

Terceiro Juizado Especial Cível:

Dr. Luiz Alfredo Carvalho Junior

Primeiro Juizado Especial Criminal:

Dr. Marcelo Menaged

SUMÁRIO

- **PODER EXECUTIVO:**
 - Atos do Prefeito Municipal
 - Atos do Secretário Municipal de Meio Ambiente
- **PODER LEGISLATIVO:**
 - Atos do Presidente



As matérias para publicação neste Boletim poderão ser enviadas para o e-mail: pmdeboletimoficial@gmail.com, conforme dispõe o Decreto Municipal nº 6.925, de 10 de janeiro de 2018 ([Boletim 6494 10 de janeiro 2018](#)). Somente os servidores credenciados junto à Secretaria de Governo/Divisão de Boletins poderão fazer a remessa eletrônica para publicação.

PODER EXECUTIVO

ATOS DO PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO Nº 7.571, DE 30 DE ABRIL DE 2020.

Dispõe sobre as medidas de prevenção e enfrentamento da propagação ao contágio decorrente do novo coronavírus (COVID-19) no Município de Duque de Caxias e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE DUQUE DE CAXIAS, no uso da atribuição que lhe confere a Lei Orgânica deste Município,

Considerando que a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação, na forma do art. 196 da Constituição da República;

Considerando as diretrizes de atendimento integral, universal e igualitário no Sistema Único de Saúde (SUS), que compreendem as ações de proteção e recuperação de saúde individual e coletiva, conforme o art. 289, inciso IV, da Constituição do Estado do Rio de Janeiro;

Considerando a necessidade de regulamentação, no Estado do Rio de Janeiro, da Lei Federal nº 13.979, de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do "coronavírus" responsável pelo surto de 2019;

Considerando o Decreto nº 7.616, de 17 de novembro de 2011, que dispõe sobre a Declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN) e a Declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional OMS em 30 de janeiro de 2020;

Considerando as medidas de emergência em saúde pública de importância nacional e internacional, ou seja, as situações dispostas no Regulamento Sanitário Internacional, promulgado pelo Decreto Federal nº 10.212, de 30 de janeiro de 2020;

Considerando a Portaria nº 188, de 03 de fevereiro de 2020, do Ministério da Saúde, que dispõe sobre a Declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN), em decorrência da infecção humana pelo novo coronavírus (2019-nCoV);

Considerando o estado de exceção em decorrência da emergência de saúde pública decorrente do "coronavírus" (2019-nCoV);

Considerando a necessidade de manter a regularidade dos serviços municipais, com o fito de assegurar o pleno exercício dos serviços prestados aos contribuintes;

Considerando a necessidade de se manter a prestação dos serviços públicos inclusive como esteio para o fomento à economia local;

Considerando que a classificação da situação mundial do novo coronavírus como pandemia significa o risco potencial de a doença infecciosa atingir a população mundial de forma simultânea, não se limitando a locais que já tenham sido identificadas como de transmissão interna;

Considerando que o Decreto Estadual nº 47.000, de 26 de março de 2020, que dispôs sobre o funcionamento de instituição financeira, e deu outras providências;

Considerando que o Decreto Estadual nº 47.001, de 26 de março de 2020, que dispôs sobre o funcionamento de estabelecimentos destinado a venda de material de construção, ferragem e de equipamento de proteção individual, e deu outras providências;

Considerando que o Decreto Estadual nº 47.002, de 26 de março de 2020, que dispôs sobre o funcionamento da indústria de óleo e gás onshore, e deu outras providências; e

Considerando que o Decreto Estadual nº 47.052, de 29 de abril de 2020, que dispôs sobre as medidas de enfrentamento da propagação decorrente do novo coronavírus (COVID-19), em decorrência da situação de emergência em saúde, e deu outras providências,

DECRETA:

CAPÍTULO I

DAS MEDIDAS DE ENFRENTAMENTO DA PROPAGAÇÃO DECORRENTE DO NOVO CORONAVÍRUS (COVID-19), EM DECORRÊNCIA DA SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA EM SAÚDE

Art. 1º Este Decreto estabelece novas medidas temporárias de prevenção ao contágio e de enfrentamento da emergência em saúde pública de importância internacional, decorrente do novo coronavírus, vetor da COVID-19, bem como reconhece a manutenção da situação de emergência no âmbito do Município de Duque de Caxias por tempo indeterminado.

Art. 2º Qualquer servidor público integrante da administração direta, autárquica ou fundacional, empregado público ou contratado por empresa que preste serviços para o Município de Duque de Caxias suas autarquias ou fundações, que apresentar febre ou sintomas respiratórios (tosse seca, dor de garganta, mialgia, cefaleia e prostração, dificuldade para respirar e batimento das asas nasais) passa a ser considerado um caso suspeito e deverá adotar o protocolo de atendimento expedido pelo Secretário Municipal de Saúde e Defesa Civil.

§ 1º Nas hipóteses do **caput** deste artigo, o servidor, empregado ou contratado por empresa que preste serviços para o Município de Duque de Caxias, suas autarquias e fundações deverá formalizar por qualquer meio legalmente admitido a comunicação à sua chefia imediata ou ao gestor do respectivo contrato.

§ 2º Os gestores dos contratos de prestação de serviço deverão notificar às empresas contratadas quanto a responsabilidade destas em adotar todos os meios necessários para conscientizar seus funcionários quanto aos riscos do 2019-nCoV e quanto a necessidade de reportarem a ocorrência de sintomas descritos no **caput**, estando as empresas passíveis de responsabilização contratual em caso de omissão que resulte em prejuízo à Administração Pública.

Art. 3º Ficam suspensos, até 11 de maio de 2020, todas as ações públicas municipais e eventos coletivos que possam causar aglomerações em áreas públicas, privadas, internas ou externas.

Parágrafo único. Fica suspensa, até 11 de maio de 2020, a eficácia de toda e qualquer autorização vigente concedida por órgãos municipais para eventos particulares de qualquer natureza que gerem ou possam gerar aglomerações.

Art. 4º Ficam suspensas, até 11 de maio de 2020, as aulas na rede pública municipal, sem prejuízo da manutenção do calendário escolar recomendado pelo Ministério da Educação, devendo a Secretaria Municipal de Educação e a Fundação de Apoio à Escola Técnica, Ciência Tecnologia, Esporte, Lazer, Cultura e Políticas Sociais de Duque de Caxias (FUNDEC) expedirem ato infraregal para regulamentar no âmbito exclusivo das unidades de ensino as medidas de que tratam o presente Decreto, ficando mantida rotina administrativa nas sedes dos respectivos órgãos.

Parágrafo único. Os dias de aulas suspensas serão objeto de reposição em momento oportuno.

Art. 5º Ficam suspensas, por prazo indeterminado, as visitas externas a pacientes diagnosticados com o novo coronavírus 2019-nCoV, internados na rede pública municipal de saúde.

Art. 6º As pessoas jurídicas de direito privado que prestam serviços à população em geral, deverão observar as boas práticas orientadoras emitidas pela Organização Mundial de Saúde (OMS), Ministério da Saúde, Secretaria Estadual de Saúde e Secretaria Municipal de Saúde e Defesa Civil, e, ainda, realizar rotina de assepsia para desinfecção de torneiras, maçanetas, banheiros e de suas dependências.

Art. 7º Fica mantido de forma irrestrita o funcionamento pleno dos serviços de saúde prestados pela municipalidade, quais sejam aqueles prestados pelas seguintes unidades: hospitais, clínicas, laboratórios e estabelecimentos congêneres.

Parágrafo único. Fica suspensa toda e qualquer concessão de férias e/ou licenças para os servidores lotados na Secretaria Municipal de Saúde e Defesa Civil.

Art. 8º Fica mantido o funcionamento de forma irrestrita dos serviços da Guarda Municipal.

Parágrafo único. Fica suspensa toda e qualquer concessão de férias e/ou licenças para os servidores lotados na Secretaria Municipal de Políticas de Segurança, Infraestrutura Urbana e Gestões Tecnológicas.

Art. 9º As reuniões administrativas dos órgãos da administração direta e indireta serão preferencialmente não presenciais (virtuais) utilizando-se dos meios tecnológicos de informação e de comunicação disponíveis.

CAPÍTULO II

DA SUSPENSÃO DE ATIVIDADES COMERCIAIS E SUAS EXCEÇÕES

Seção I

Da Suspensão das Atividades

Art. 10. De forma excepcional, com o único objetivo de resguardar o interesse da coletividade na prevenção do contágio e no combate da propagação do coronavírus (COVID-19), diante do aumento de pessoas contaminadas, **FIAM SUSPENSOS**, até 11 de maio de 2020, os seguintes:

I - atividades coletivas de cinema, teatro e afins;

II - funcionamento de academia, centro de ginástica e estabelecimentos similares;

III - funcionamento de shopping centers, centros comerciais e estabelecimentos comerciais congêneres;

IV - funcionamento de bar, boteco e afins; e

V - frequência e/ou visita, pela população, a piscinas, clubes recreativos, rios, cachoeiras e Unidade de Conservação, no território deste Município.

Seção II

Das Exceções à Suspensão

Art. 11. A determinação do art. 10 deste Decreto não se aplica aos seguintes:

I - supermercados, óticas, farmácias e serviços de saúde, tais como hospitais, clínicas, laboratórios e estabelecimentos congêneres, ainda que em funcionamento no interior de shopping centers, centros comerciais e estabelecimentos comerciais congêneres; e

II - atividades de defesa nacional e de defesa civil.

Art. 12. Fica autorizado o funcionamento de restaurante, lanchonete e estabelecimentos congêneres, limitando o atendimento ao público a 30% (trinta por cento) da sua capacidade de lotação, com a normalidade de entrega e retirada de alimentos no próprio estabelecimento.

Parágrafo único. A presente medida de que trata este artigo não se aplica aos estabelecimentos sediados no interior de hotéis, pousadas e similares, que deverão funcionar apenas para os hóspedes e colaboradores, como forma de assegurar as medidas de prevenção.

Art. 13. Fica autorizado, em todo o Município de Duque de Caxias, o funcionamento supermercados e pequenos estabelecimentos, tais como: lojas de conveniência, depósito de bebidas, mercado de pequeno porte, açougue, aviário, padaria, lanchonete, hortifrutti e demais estabelecimentos congêneres que se destinam à venda de alimentos, bebidas, materiais de limpeza e/ou higiene pessoal, e demais estabelecimentos comerciais que possuam em seu CNAE os serviços de varejo e comercialização de produtos alimentícios, vedada a permanência continuada e a aglomeração de pessoas nesses locais.

§ 1º Os estabelecimentos comerciais de que trata o **caput** do presente artigo, deverão atentar sobre a necessidade de afastamento entre os consumidores com distância mínima de 1 (um) metro e sem aglomeração de pessoas.

§ 2º Cada estabelecimento deverá dispor de quantidade suficiente de colaboradores para assegurar o pleno funcionamento de suas atividades, como forma de garantir o abastecimento da população.

§ 3º Os estabelecimentos deverão disponibilizar, sabonete líquido, papel toalha e água corrente para a correta assepsia de clientes e funcionários.

§ 4º As feiras livres, que realizem a comercialização de produtos de gênero alimentício, serão regulamentadas por Portaria do Secretário Municipal de Transportes e Serviços Públicos.

CAPÍTULO III DAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

Art. 14. Durante a vigência dos efeitos do estado de emergência, em caráter excepcional e como garantia da dignidade humana e o direito ao acesso aos serviços bancários, fica autorizado em todo o Município de Duque de Caxias o funcionamento de instituição financeira, vedada a aglomeração de pessoas no desempenho da atividade.

§ 1º Para os fins deste Decreto considera-se instituição financeira: banco oficial ou privado, sociedade de crédito, associação de poupança, agência, posto de atendimento, setor de compensação, subagência, seção, cooperativa singular de crédito.

§ 2º A determinação estabelecida no **caput** deste artigo se aplica também às Casas Lotéricas e correspondente de banco em funcionamento no Município de Duque de Caxias.

Art. 15. O atendimento bancário presencial em agência, Casa Lotérica e demais correspondentes bancários, será limitado à ocupação máxima de 30% (trinta por cento) da capacidade física do local.

Parágrafo único. O atendimento bancário presencial nas demais hipóteses será realizado, exclusivamente, por meio de caixas eletrônicos.

Art. 16. As instituições financeiras previstas no art. 14 deverão esclarecer aos seus clientes, pelos canais de comunicação disponíveis, os meios remotos e eletrônicos oferecidos para a realização de operações financeiras com o objetivo de evitar a aglomeração de pessoas no interior das agências.

Art. 17. Os estabelecimentos que permanecerem abertos, durante o horário de funcionamento deverão intensificar a higienização do estabelecimento, com adoção das seguintes medidas:

I - restrição de aglomeração humana no interior de suas instalações, inclusive quando se tratar de ambientes abertos, orientando sobre o afastamento mínimo de 1 (um) metro;

II - sanitização permanente de superfícies onde haja contato humano, com produto que assegure a eliminação do agente etiológico e pano e/ou papel multiuso descartável;

III - manutenção das instalações sanitárias providas de lavatórios com água corrente e supridas de produtos destinados à higiene pessoal, tais como papel higiênico, sabonete líquido inodoro antisséptico, toalhas de papel para secagem das mãos e coletores dos resíduos dotados de tampa com acionamento sem contato manual;

IV - orientação dos funcionários e colaboradores quanto às condutas de prevenção da transmissão do COVID-19;

V - antecipar, no mínimo, em 1 (uma) hora o atendimento exclusivo para grupos de risco nas agências selecionadas; e

VI - liberação do abastecimento dos Terminais de Autoatendimento (ATMs), evitando que os clientes necessitem entrar na área interna da agência.

Parágrafo único. É de responsabilidade dos estabelecimentos bancários garantir que o acesso em suas dependências se dê de maneira ordenada, de forma a evitar aglomerações.

CAPÍTULO IV DOS ESTABELECIMENTOS DESTINADO A VENDA DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO, FERRAGEM E DE EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL

Art. 18. Durante a vigência do estado de emergência, em caráter excepcional, fica autorizado em todo o Município de Duque de Caxias o funcionamento de estabelecimento destinado a venda de material de construção, ferragem e equipamento de proteção individual, vedada a aglomeração de pessoas no desempenho das atividades.

CAPÍTULO V DA INDÚSTRIA DE ÓLEO E GÁS ONSHORE

Art. 19. Durante a vigência do estado de emergência, em caráter excepcional e como garantia da dignidade humana e o direito ao abastecimento de combustível e gás da população, fica autorizado em todo o Município de Duque de Caxias o funcionamento das atividades da indústria de óleo e gás onshore, vedada a aglomeração de pessoas no desempenho das atividades.

CAPÍTULO VI DO TRANSPORTE COLETIVO DE PASSAGEIROS DE CIRCULAÇÃO MUNICIPAL

Art. 20. Fica determinada a redução em 70% (setenta por cento) do número de veículos destinados ao transporte coletivo de passageiros de circulação municipal.

Art. 21. Os veículos em operação nas linhas que compõem o transporte coletivo de passageiros de circulação municipal deverão:

I - circular com as janelas abertas, sempre que fisicamente possível;

II - circular somente com passageiros sentados; e

III - serem higienizados internamente diariamente.

Art. 22. Fica proibida a utilização do passe livre de estudante Municipal durante a vigência deste Decreto.

CAPÍTULO VII DAS DEMAIS DISPOSIÇÕES

Art. 23. Os locais de atividades religiosas de qualquer natureza deverão observar o disposto no Decreto Municipal nº 7.545, de 27 de março de 2020.

Art. 24. O uso de máscaras de proteção facial é obrigatório, como medida complementar à redução do contágio pelo Sars-Cov-2 (COVID 19), nos termos do Decreto Municipal nº 7.562, de 22 de abril de 2020.

Parágrafo único. O Poder Executivo regulamentará, em ato próprio, a distribuição gratuita de 1.000.000 (um milhão) de máscaras faciais de proteção, produzidas pela Fundação de Apoio à Escola Técnica, Ciência Tecnologia, Esporte, Lazer, Cultura e Políticas Sociais de Duque de Caxias (FUNDEC) além das que porventura venham a ser recebidas em doação de empresas, entidades ou órgãos governamentais.

Art. 25. Os serviços cemiteriais e funerários, prestados no Município de Duque de Caxias, deverão observar o disposto no Decreto Municipal nº 7.564, de 27 de abril de 2020.

Art. 26. O Poder Executivo compromete-se a disponibilizar 100 leitos de CTI no novo Hospital São José, de forma imediata.

Art. 27. Em caso de descumprimento das medidas previstas neste Decreto, as autoridades competentes devem apurar as eventuais práticas de infrações administrativas previstas no art. 10 da Lei Federal nº 6.437, de 20 de agosto de 1977, bem como do crime previsto no art. 268 do Código Penal.

Art. 28. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação,

Município de Duque de Caxias, 30 de abril de 2020.



ATOS DO SECRETÁRIO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE



**SECRETARIA MUNICIPAL DE
MEIO AMBIENTE**

**DC
DUQUE DE
CAXIAS**



LICENÇA DE OPERAÇÃO
Nº 030/2020

Processo nº 019/000149/2018

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal 2.022, de 30 de dezembro de 2006, concede a presente Licença de Operação nº. 030/2020, à **PREFEITURA MUNICIPAL DE DUQUE DE CAXIAS**, inscrita no CNPJ sob nº. 29.138.328/0001-50, situada à Alameda Esmeralda, nº. 206, Jardim Primavera, 2º Distrito deste Município.

Esta Licença será publicada no Boletim Oficial, conforme determina a Portaria nº 13/2011 de 10 de outubro de 2011.

Objetivo: Trata-se de uma Licença de Operação para serviços de Suplementos Funerários Humanos de Cemitério do tipo Vertical, referente as Quadras de 01 a 17, em uma área total de 40.486,18 m², localizado na Rodovia Washington Luiz (BR-040), s/nº, Km 120 + 950—sentido Petrópolis, Bairro Vila São Luiz, 1º Distrito de Duque de Caxias.

Coordenadas Geográficas: 23K LONG.: 0674891,10 m E LAT.: 7489619,01 m S DATUM WGS84.

Condições de validade gerais:

01. Publicar o comunicado do recebimento desta licença em jornal diário de grande circulação no Estado do Rio de Janeiro, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data de concessão desta licença, enviando cópias das publicações a SMMAAA-DC, conforme determina a Lei 2022/2006 e Decreto Municipal 5204/2007;
02. Esta Licença diz respeito aos aspectos ambientais e não exime o empreendedor do atendimento às demais Licenças e Autorizações Federais, Estaduais e Municipais exigíveis por Lei;
03. Esta Licença não poderá sofrer qualquer alteração, nem ser plastificada, sob pena de perder sua validade e deverá ter o seu original disponível no local da atividade licenciada para efeito de fiscalização;

Esta Licença é válida até 30 de Abril de 2025, respeitadas as condições nela estabelecidas, e é concedida com base nos documentos e informações constantes do Processo Administrativo nº 019/000149/2018.

04. Requerer a renovação desta licença no mínimo 120 (cento e vinte dias) dias antes do vencimento do seu prazo de validade, caso haja necessidade;
05. Atender à Resolução nº 001/90 do CONAMA, de 08.03.90, publicada no D.O.U. de 02.04.90, que dispõe sobre critérios e padrões de emissão de ruídos;
06. Esta licença é pertinente a aspectos, cujos os parâmetros dimensionais do empreendimento estão contidos neste processo;

Duque de Caxias, 30 de Abril de 2020.

Este documento não dá ao requerente o direito de propriedade da área ou do imóvel



JÚLIA GRAZIELLA UCHOA DOS SANTOS
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE.
MATRÍCULA Nº 35330-2

página 01 de 03

LO Nº 030/2020

LICENÇA DE OPERAÇÃO

Continuação Condições de validade específicas:

23. Adotar medidas operacionais no sentido de evitar que odores provenientes da atividade venham causar incômodos a vizinhança;
24. Não remover espécies arbóreas e não intervir em áreas de preservação permanente, sem autorização do órgão ambiental competente;
25. Acondicionar os resíduos sólidos urbanos em sacos plásticos e conserva-los em recipiente com tampa até seu recolhimento por empresa Licenciada pelo órgão ambiental competente;
26. O projetista é o responsável técnico pelo dimensionamento hidráulico-sanitário da rede coletora e do sistema de tratamento de esgotos e de água implantado;
27. Não lançar quaisquer resíduos ou afluentes não tratados na rede de drenagem ou nos corpos d'água;
28. Não realizar queima de qualquer material ao ar livre;
29. Evitar todas as formas de acumulo de água que possam propiciar a proliferação do mosquito Aedes aegypti, transmissor da dengue;
30. Eliminar métodos de trabalho e ambientes propícios à proliferação de vetores (insetos e roedores nocivos);
31. Submeter previamente à SMMA-DC para análise e parecer, qualquer alteração ou ampliação de atividade;
32. Submeter à SMMA-DC, para análise e parecer, qualquer alteração do projeto;
33. Manter atualizado junto à SMMA-DC os dados cadastrais relativos à atividade ora licenciada;
34. A SMMA-DC exigirá novas medidas de controle ambiental sempre que julgar necessário;
35. A SMMA-DC exigirá outras informações caso julgue necessário. _____

Duque de Caxias, 30 de Abril de 2020.

Este documento não dá ao requerente o direito de propriedade da área ou do imóvel



JÚLIA GRAZIELLA UCHOA DOS SANTOS
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE.
MATRÍCULA Nº 35330-2

página 03 de 03

PODER LEGISLATIVO

ATOS DO PRESIDENTE

E D I T A L

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Duque de Caxias, no uso de suas atribuições conferidas por Lei e de acordo com o art. 21, §4º da Lei Orgânica do Município de Duque de Caxias e com o art. 74, §§3º e 9º da Resolução nº 1.835, de 13 de julho de 2000 (Regimento Interno da Câmara Municipal de Duque de Caxias):

R E S O L V E :

Convocar, extraordinariamente, os Vereadores da Câmara Municipal de Duque de Caxias para a Sessão Extraordinária a ser realizada no dia 1º de maio do ano em curso (sexta-feira), às 21h, em Sistema de Deliberação Remota, a fim de discutir e votar a seguinte proposição enviada pelo Poder Executivo em regime de urgência:

1. Mensagem nº 13 / GP / 2020 **Do Exmº. Sr. Prefeito**, encaminhando Projeto de Lei Complementar nº 1/GP/2020, autorizando a encampação do serviço cemiterial exclusivamente no âmbito do Cemitério Público Gratuito Municipal instituído pelo Decreto nº 6.847, de 23 de agosto de 2017, e dá outras providências.

Duque de Caxias, em 30 de abril de 2020.

SANDRO RIBEIRO PEDROSA
Presidente

LO Nº 030/2020


LICENÇA DE OPERAÇÃO

Condições de validade específicas:

07. Atender à DZ-215.R4 - Diretriz de Controle de Carga Orgânica Biodegradável em Efluentes líquidos de origens Sanitárias, aprovada pela Deliberação CECA nº 4.886 de 25.09.07 e publicada no D.O.R.J. de 21.09.04;
08. Atender à NT-202.R-10 - Critérios e Padrões para lançamento de efluentes líquido, aprovada pela Deliberação CECA nº 1.007 de 04.12.86 e publicada no D.O.R.J. de 12.12.86;
09. Comunicar imediatamente ao Serviço de Operações em Emergências Ambientais do INEA, plantão de 24 horas, pelos telefones (21) 2334-7911, qualquer anormalidade que possa ser classificada como acidente ambiental e a Defesa Civil Municipal através dos telefones 0800230199 e 2671-4576;
10. Atender à DZ - 942 de 01.08.90 - Diretriz do Programa de Autocontrole de Efluentes, PROCON - ÁGUA, aprovada pela Deliberação CECA Nº 1995, de 10.10.90, publicada no D.O.E.R.J. de 14.01.91;
11. Atender à NBR 12.809 - Manuseio de resíduos de serviço de saúde da ABNT;
12. Atender à NBR 10.004 - Resíduos Sólidos - Classificação da ABNT;
13. Atender à NBR 12810 - Coleta de Resíduos de serviço de saúde da ABNT;
14. Atender a resolução nº 335 do CONAMA, de 03.04.03, que dispõe sobre o licenciamento de cemitérios;
15. Atender a resolução nº 307 do CONAMA, de 05.07.02, publicada no D.O.U. de 17.07.02, que estabelece diretrizes, critérios e procedimentos para gestão de resíduos da construção civil;
16. Atender a resolução nº 358 do CONAMA, de 29.04.05 que dispõe sobre o tratamento e a disposição final dos resíduos dos serviços de saúde e dá outras providências;
17. Atender à resolução nº 314 do CONAMA, de 29.10.02, publicada no D.O.U. de 20.11.02 que dispõe sobre o registro de produtos destinados à remediação e dá outras providências;
18. Atender a resolução nº 420 do CONAMA, de 28.12.09, publicada no D.O.U. de nº 249, de 30.12.09, que dispõe sobre critérios e valores orientadores de qualidade do solo quanto a presença de substâncias químicas e estabelece diretrizes para o gerenciamento ambiental de áreas contaminadas por essas substâncias em decorrência de atividades antrópicas;
19. Atender à Lei Federal nº 12.651, de 25.02.12 publicada no D.O.U. de 28.05.12, que dispõe sobre parâmetros, definições e limites de áreas de preservação permanente;
20. Não cimentar a tampa de vedação de fossa séptica, caixas de gordura e caixas de passagem, de modo a facilitar a limpeza e a inspeção;
21. Promover a limpeza periódica da fossa séptica, utilizando serviço de empresa licenciada pelo órgão ambiental competente, mantendo os comprovantes a disposição da fiscalização;
22. Atender à resolução CONEMA 79/2018 - que aprova a NOP-INEA-35 - NORMA OPERACIONAL PARA O SISTEMA ONLINE DE MANIFESTO DE TRANSPORTE DE RESÍDUOS - SISTEMA MTR, apresentando o C.D.F. com baixa, em mídia digital semestralmente à SMMA-DC;

Duque de Caxias, em 30 de abril de 2020.

Este documento não dá ao requerente o direito de propriedade da área ou do imóvel



SANDRO RIBEIRO PEDROSA
Presidente

página 01 de 03